

A evolução da atividade industrial no Brasil de Vargas a Geisel

Resumo

Vargas e a industrialização brasileira

Para entender a industrialização do Brasil é necessário voltar ao **ciclo do café**, que foi o motor inicial para que esse processo ocorresse. Até o início da década de 1930, o espaço geográfico brasileiro foi estruturado ao redor do **modelo primário-exportador**, fazendo com que a configuração das atividades econômicas fosse dispersa e com rara ou ausente interdependência (**arquipélagos econômicos**).

A partir do crescimento da economia cafeeira, o processo de **urbanização** se intensificou, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção e a distribuição, através da ampliação das linhas férreas. Com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes, o mercado consumidor cresceu consideravelmente, o que possibilitou a produção para o mercado interno e o desenvolvimento das indústrias. A concentração da riqueza na região Sudeste, devido a riqueza oriunda do café, fez com que as indústrias também se concentrassem na região, aumentando as disparidades interregionais.

Dentre os fatores que beneficiaram a **concentração industrial** na região Sudeste podemos destacar:

- Concentração de infraestrutura de energia, comunicação e, sobretudo, transportes
- Concentração de mão de obra qualificada (lembrando a entrada de mão de obra estrangeira, em sua maior parte, já qualificada para os serviços fabris);
- Concentração de mercado consumidor;
- Rede bancária desenvolvida, por conta da presença de centros de produção de café.

É importante destacar o contexto mundial deste período. O mundo passava pelo fim da **Primeira Guerra Mundial**, conflito em que muitos dos principais países produtores de produtos industrializados estavam envolvidos o que afetou o abastecimento mundial. Neste sentido, iniciou-se no Brasil a **política de substituição de importações**, ou seja, passou-se a produzir aqui o que antes se importava de outros países. É importante destacar o papel de **Getúlio Vargas** para o impulso da indústria nacional, principalmente através da criação **das indústrias de base**, fundamentais para o surgimento de outras indústrias, dentre as quais podemos destacar a **Companhia Siderúrgica Nacional**, a **Vale do Rio Doce** e a **Petrobrás**.

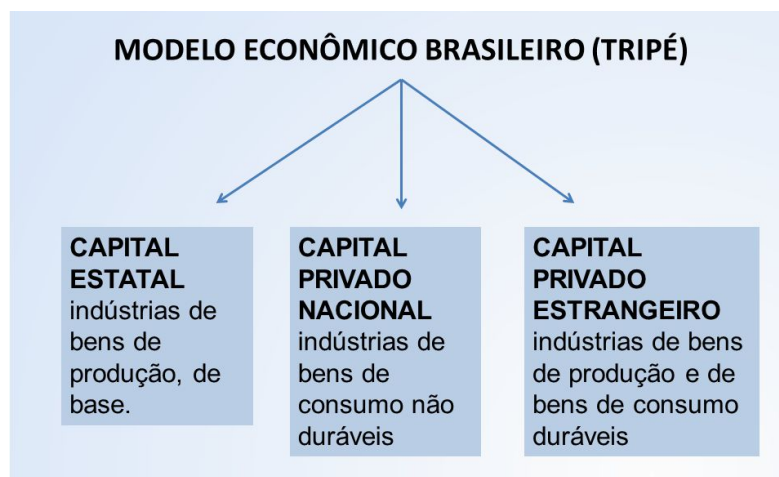
Juscelino Kubitschek e seu ambicioso plano de industrialização

Durante o governo de **Juscelino Kubitschek** (1956-1961) a economia brasileira se abriu para os **investimentos internacionais** – momento este em que entraram no Brasil grandes montadoras como a Ford e a Volkswagen – atendendo a proposta **desenvolvimentista** de JK que visava a “decolagem” (“**take off**”) da

industrialização brasileira. Estas indústrias instalaram suas filiais na região Sudeste, principalmente, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e ABC paulista (Santo André, São Caetano e São Bernardo). As oportunidades de empregos aumentaram muito nesta região, atraindo assim muitos trabalhadores de todo Brasil. Este fato fez aumentar o **êxodo rural** e a migração de nordestinos e nortistas para as grandes cidades do Sudeste.

O lema **“50 anos em 5”** demonstrou o objetivo audacioso de JK de desenvolver em apenas 5 anos o equivalente a 50 anos através de 31 metas apresentadas no **Plano de metas**, dentre as quais se encontrava a **construção de Brasília**. Com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, JK pretendia desenvolver a região central do país e afastar o centro das decisões políticas de uma região densamente povoada. Com capital oriundo de empréstimos internacionais, JK conseguiu finalizar e inaugurar Brasília, em 1960.

No governo JK as indústrias que receberam o maior número de investimentos foram as do setor energético e de transportes, e a fonte de capitais para serem investidos no projeto de industrialização baseava-se em um tripé econômico formado pelo investimento estatal em infraestrutura, o investimento de capital privado nacional em indústrias de bens de consumo com menor carga tecnológica e pelo capital privado estrangeiro responsável pelo investimento em indústrias de bens de consumo com investimento tecnológico.



A política econômica de Juscelino apresentou pontos positivos e negativos para o país. De um lado a entrada de multinacionais gerou empregos, porém, por outro lado deixou o país mais dependente do capital externo. O investimento na industrialização em parte a zona rural desassistida, prejudicando o trabalhador do campo e a produção agrícola. O país ganhou uma nova capital, Brasília, porém a dívida externa, contraída para esta obra, aumentou significativamente. A migração e o **êxodo rural** descontrolados fizeram aumentar a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais do Sudeste do país.

O período da **ditadura militar (1964-1985)** apresentou diversos aspectos que foram importantes para o desenvolvimento da industrialização brasileira. Este momento da história foi pela continuidade do processo de industrialização brasileira, iniciado com Vargas e JK, atrelado ao crescimento econômico que

se verificou no país. Em um segundo momento, verificou-se que, ao mesmo tempo em que foram realizados grandes projetos, o endividamento público crescia em proporções astronômicas. Ou seja, aproveitando a centralização do poder político que o autoritarismo permitia, o que possibilitou a atração de grandes remessas de empréstimos internacionais e posteriormente o crescimento industrial, no período da ditadura o país apresentou números expressivos de crescimento econômico, que teve um custo alto a ser pago posteriormente.

O início do governo militar e sua relação com a industrialização brasileira – 1964 até 1967/1968

Os primeiros momentos dos governos militares não foram marcados por grandes avanços na industrialização brasileira, nem pelos grandes projetos, pois o país enfrentava um grave quadro de **endividamento externo**, fruto da política de **internacionalização da economia** proposta por Juscelino Kubitschek (JK), que buscou o empréstimo de capital estrangeiro como um dos pilares do **tripé econômico** para o investimento em indústrias de bens de consumos duráveis.

Pode-se afirmar, portanto, que esse primeiro período dos governos militares, que vai dos anos de 1964 até 1967, foi marcado por uma retração na economia e pouco crescimento da indústria brasileira.

O milagre brasileiro – 1968 até 1973

A partir de 1968, o país experimentou uma nova fase de sua economia e de seu processo de industrialização. A recuperação financeira, fruto da reforma tributária, criação de fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP, FGTS) e ampliação do crédito lançaram bases para o momento considerado como o “milagre brasileiro”. Entretanto, fatores externos também explicam esse crescimento, como o crescimento da economia mundial nestes anos, que permitiu o acesso a um abundante crédito externo, possibilitando o endividamento e criando espaço para a diversificação e o crescimento das exportações brasileiras.

O fraco desempenho da indústria e economia no início da década de 60 também deu margem para um grande crescimento com o aumento do nível de investimento e captação de recursos externos do país.

Como forma de legitimar o seu poder autoritário, os governos ditatoriais investiram fortemente em obras de impacto, em áreas como **transporte e energia**. Dentre essas obras podemos destacar a Usina Hidrelétrica de Itaipu, binacional (Brasil-Paraguai), responsável por produzir 17% da energia nacional e, até 2008, a maior hidrelétrica do mundo.

A implantação da **usina nuclear de Angra** é outra marca do investimento em energia do período. Também podemos citar a ponte Rio-Niterói, expressão da modernidade e de grande complexidade, tendo o maior vão em viga reta construído pelo homem. É a 13ª no mundo em extensão.

Além disso, ocorreu a construção de rodovias com a ampliação da malha viária de 3 mil para 45 mil quilômetros, sem falar nos estádios de futebol, como o Castelão, em Fortaleza, e o Mineirão, em Minas Gerais, que serviram como forma de expressão e propaganda da ditadura.

O saldo do período registrou uma percentual anual de crescimento industrial de 12,7%. Já o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu entre 1968 e 1973 11,3%, superando com grande margem o período anterior, quando o crescimento médio anual havia sido de 3,2%.

A **primeira crise do petróleo**, em 1973, causada pela **guerra do Yom Kippur** fez com que a concessão de empréstimos diminuísse levando o Brasil para o período que ficou conhecido como **Marcha Forçada**.

Marcha Forçada – 1973 até 1979

Em períodos de crise há a necessidade de formação de reservas de dinheiro, sendo assim, os países que emprestavam ao Brasil à juros baixos reduziram os empréstimos concedidos. Todos os países resolveram frear o crescimento, menos o Brasil, que viu esse momento como uma oportunidade de despontar. Foi como se o Brasil ignorasse as altas do petróleo e a recessão mundial para forçar um ritmo de crescimento insustentável a longo prazo. O objetivo era fazer o Brasil crescer a qualquer custo, a exemplo da compra de empresas que estavam prestes a falir (**estatizações**) e através do **2º PND** estimular as **obras faraônicas** como a ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica e a Usina de Itaipu.

Década Perdida – 1979 até 1989

Uma das consequências da década perdida foi a diminuição de postos de trabalho. Após toda a euforia vivida com o milagre econômico, a realidade foi exposta na década seguinte, com os anos 80, considerada a **década perdida**, devido ao preço pago pelo **grande endividamento externo** e **explosão da inflação**, corroendo o salário do trabalhador.

É importante destacar que o crescimento apresentado no período do milagre econômico foi baseado também em um grande **arrocho salarial**, em um contexto mundial no qual as empresas multinacionais perceberam que poderiam reduzir custos instalando-se em países que possibilitassem mão-de-obra barata, legislação ambiental frágil, grande quantitativo de recursos naturais e infraestrutura básica. Esse movimento estrangeiro permitiu que as empresas nacionais, que disputavam o mercado em condições de extrema desigualdade, fossem sendo absorvidas pelas multinacionais, o que provocou uma intensa concentração de capital nas mãos destas grandes e poucas empresas.

O mesmo fenômeno de concentração pôde ser percebido no campo onde a tecnologia expulsou milhares de trabalhadores, que migraram para as áreas urbanas em busca de sobrevivência. Isso tudo caracterizou uma sociedade fortemente desigual, com a renda concentrada na mão de poucos. Com o aumento do endividamento e as **crises internacionais do petróleo**, nos anos de **1973 e 1979**, os juros sobre a dívida aumentaram significativamente, e a medida de emitir papel-moeda no mercado só serviu para

explodir a inflação, de forma que isso tudo trouxe uma grande **retração econômica e da produção industrial**, acarretando o fim do período militar e a entrada na democracia com um país em grave crise econômica.

Podemos sinalizar que o espaço brasileiro teve grandes transformações, principalmente levando em questão a integração que as rodovias construídas no período militar proporcionaram, permitindo uma maior integração no território nacional. Apesar disso, ocorre uma concentração espacial das indústrias principalmente na região Sudeste, com destaque para São Paulo, fato que só começa a diminuir no período democrático, pós-ditadura, com o processo de fuga para cidades menores e com maiores atrativos econômicos para as empresas, como isenção de impostos, solos urbanos mais baratos, menor congestionamento, entre outras características.

Esse processo de **descontração espacial** vai ajudar na própria **desmetropolização**, devido ao maior dinamismo e crescimento de cidades médias, em muitos casos, fruto da instalação de grandes indústrias, levando desenvolvimento econômico e crescimento populacional para essas cidades, devido a esse novo polo atrativo.

Exercícios

1. Ao deflagrar-se a crise mundial de 1929, a situação da economia cafeeira se apresentava como se segue. A produção, que se encontrava em altos níveis, teria que seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-1928. Entretanto, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão, e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997 (adaptado).

Uma resposta do Estado brasileiro à conjuntura econômica mencionada foi o(a)

- a) atração de empresas estrangeiras.
 - b) reformulação do sistema fundiário.
 - c) incremento da mão de obra imigrante.
 - d) desenvolvimento de política industrial.
 - e) financiamento de pequenos agricultores.
2. A política para o desenvolvimento do governo Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, priorizou
- a) a tecnificação da agricultura para exportação.
 - b) a promoção da indústria de base, a exemplo da siderurgia.
 - c) a estatização dos meios de comunicação, com o surgimento da Embratel.
 - d) a produção de bens de consumo, a exemplo da indústria automotiva.
 - e) a privatização dos setores industriais de base.
3. Com o crescimento econômico ocorrido durante o século XX, o Brasil pode ser considerado um país industrializado, embora os males do subdesenvolvimento continuem presentes. O processo de industrialização brasileiro contou com um agente de fundamental importância: o Estado Nacional. Sobre o papel do Estado no processo de industrialização brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Foi responsável pela construção dos setores de infraestrutura e transporte, pelo investimento direto no setor industrial e pela criação de uma legislação trabalhista.
 - b) Foi responsável pelos investimentos em infraestrutura e transporte, porém não participou dos investimentos diretos no setor industrial e se omitiu na criação de uma legislação trabalhista.
 - c) Agiu na criação de uma legislação trabalhista, porém não participou dos investimentos em infraestrutura e transportes, bem como dos investimentos diretos no setor industrial.
 - d) Foi responsável pelos investimentos diretos no setor industrial, porém, por falta de recursos, deixou a cargo das empresas privadas os investimentos na criação de infraestrutura e transportes.
 - e) Abriu mão do papel de empreendedor, não participando dos investimentos diretos no setor industrial, nem dos investimentos em infraestrutura.

4. A industrialização brasileira tem como marco a década de 1930, com o processo de implantação de setores de base. Isto não quer dizer que, antes daquela década, não houvesse indústrias no país. Elas existiram, só que compuseram um setor de pouca monta e, ainda:
- a) se caracterizaram pela forte dependência a uma política de investimentos governamentais.
 - b) se basearam em capitais provenientes da exportação da borracha amazônica.
 - c) tiveram, na redução de tarifas de importação de manufaturados, seu principal fator de competitividade.
 - d) estiveram ligadas à formação de um mercado consumidor representado pelo afluxo de imigrantes europeus assalariados.
 - e) apresentaram forte concentração de investimentos nos setores de energia e transportes.

5. Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocadas pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas “sobras” do modelo econômico juscelinista.

(MENDONÇA, S. R. *A industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 2002 (adaptado))

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram principalmente

- a) da manipulação política empreendida pelo governo Joao Goulart.
 - b) das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.
 - c) do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.
 - d) da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.
 - e) da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.
6. Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil em 31 de janeiro de 1956. Seu governo foi marcado pela ênfase na necessidade de promover o desenvolvimento econômico sem criar o risco de perturbar a ordem social, embalado pelo otimismo do lema “cinquenta anos em cinco”. A política econômica do governo JK, voltada para os transportes, a educação, a produção de alimentos, o desenvolvimento da indústria de base e a construção de Brasília, foi definida em um documento que sintetizava 31 objetivos.
- Marque a opção que contém o nome desse plano.
- a) Plano de Metas
 - b) Plano Collor
 - c) Plano Cruzado
 - d) Plano Piloto
 - e) Plano Real.

7. Durante o governo Médici, o Brasil assistiu a um vigoroso desenvolvimento que as manifestações ufanistas patrocinadas pelo governo batizaram de “milagre econômico”. A esse respeito, pode-se afirmar que:
- O sucesso das cifras econômicas deveu-se à criação do Plano de Metas, idealizado pelo então ministro Antonio Delfim Neto.
 - Enquanto o PIB subia a taxas em torno de 10% ao ano, ocorreu, paradoxalmente, um aumento da concentração de renda e da pobreza.
 - O “milagre” foi decorrência direta da transformação da economia brasileira, que então abandonava suas bases rurais e passava a se concentrar na produção urbano industrial.
 - A arrancada econômica foi fruto do abandono da indústria de base e da adoção de uma política de substituição de importações que tornou o Brasil menos dependente do mercado mundial.
 - Favorecido pela política de recuperação salarial da classe média posta em prática nos anos sessenta, o “milagre” chega ao fim com o arrocho salarial imposto pelo governo Geisel.
8. “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi um dos célebres ‘slogans’ do regime militar, em torno de 1970, época em que o Governo Médici divulgava a imagem do “Brasil Grande” e proclamava o “Milagre Econômico” que faria do país uma grande potência. Assinale a opção que melhor caracteriza a política econômica correspondente ao chamado “Milagre”.
- Fusão do capital industrial e do bancário, gerando monopólios capazes de impor preços inflacionários, dos quais resultaram o crescimento econômico e o aumento do mercado consumidor nos grandes centros urbanos.
 - Desenvolvimento de obras de infraestrutura, a exemplo de hidrelétricas e rodovias, com base na poupança nacional e no investimento de bancos públicos.
 - Crescimento econômico e aquecimento do mercado de bens duráveis ancorados em políticas salariais redistributivas e na indexação de rendimentos do mercado financeiro.
 - Elevados investimentos no setor de bens de capital e na indústria automobilística combinados a uma vigorosa agricultura comercial de médio porte.
 - Incentivo à entrada maciça de capitais estrangeiros combinada ao arrocho salarial, resultando em elevados índices de crescimento econômico e inflação baixa.
9. Uma das características da economia brasileira posterior aos anos 1950 foi a consolidação da chamada sociedade de consumo, acompanhada pelo desenvolvimento da propaganda. Apesar de a crise econômica ter marcado o período 1962-1967, o aumento do consumo de eletrodomésticos nos domicílios de trabalhadores de baixa renda mostrou-se constante, até, pelo menos, a crise do “milagre” brasileiro, na década de 1970. Uma das explicações para esse aumento do consumo envolveu:
- o favorecimento, pelo então Ministro Roberto Campos, das empresas industriais estatais, que puderam baratear o custo dos bens de consumo duráveis que produziam.
 - o aumento do salário real das classes trabalhadoras, beneficiadas pela nova política salarial do governo Castelo Branco, voltada para a desconcentração da renda no país.
 - o fortalecimento das pequenas e médias empresas industriais nacionais, as maiores produtoras de bens de consumo duráveis, favorecidas pela criação do Imposto sobre a Produção Industrial, nos anos 1960.

- d) as facilidades do crédito concedidas ao consumidor, após 1964, de modo a preservar a rentabilidade das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, alvos da política econômica, então inaugurada.
- e) os constrangimentos tributários impostos pelo governo às multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis, que perderam a concorrência para as estatais desse mesmo setor.

10. O chamado "milagre brasileiro" estendeu-se de 1968 a 1973. Assinale a alternativa correta, relativa a seus pontos críticos.

- a) Era totalmente atrelado à política do FMI, que organizou o próprio modelo econômico.
- b) Causou notável desproporção entre o avanço econômico e a qualidade de vida, sobretudo pelo abandono dos programas sociais pelo Estado.
- c) Baseava-se na política liberal, rejeitando qualquer interferência do Estado na economia.
- d) Embora com altos indicadores sociais, não obteve os índices de crescimento esperados.
- e) Não aumentou a capacidade de arrecadar tributos e beneficiou sobretudo as camadas baixas da população.

Gabarito

1. **D**

A postura adotada pelo governo Vargas nesse contexto de crise, em que os estoques brasileiros estavam cheios de café e não se tinha mais os mercados estrangeiros para compra-lo, foi a substituição de importações, ou seja, começar a produzir o que antes comprava de outros países com o capital oriundo da comercialização do café.

2. **B**

O governo de Getúlio Vargas priorizou os investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de produção (indústria de base) como a Cia. Vale do Rio Doce e a Cia. Siderúrgica Nacional.

3. **A**

As bases da industrialização brasileira foram estabelecidas nos governos Vargas e JK, os quais investiram, entre outros aspectos, nas indústrias de base, na criação de legislações trabalhistas para o trabalhador urbanos (CLT) e no setor de transportes, especificamente, o rodoviarismo.

4. **D**

Antes do efetivo início do processo de industrialização no Brasil, houveram os chamados surtos industriais, tentativas isoladas de industrialização que não se consolidaram por conta da força dos grandes ruralistas, entre outras razões. Neste período, as “ilhas” que compunham o arquipélago econômico brasileiro, centrados na agroexportação e cuja força de trabalho e mercado consumidor era composta essencialmente por imigrantes europeus (sobretudo na produção cafeeira), exerciam grande influência na balança comercial brasileira.

5. **B**

Os avanços econômicos ocorridos no governo de JK trouxeram também ônus para a população, o que representava uma contradição, visto que por um lado avançava-se economicamente e por outro retraía-se no setor social.

6. **A**

O Plano de Metas criado por JK reunia os objetivos que deveriam ser alcançados em 5 anos, dentre estes a construção de Brasília.

7. **B**

Apesar do grande desenvolvimento econômico brasileiro no período que ficou conhecido como milagre econômico brasileiro, não houve uma distribuição de renda, aumentando ainda mais as desigualdades sociais internas, pois com o argumento de esperar a economia crescer para depois redistribuir ocorreu uma maior concentração de renda.

8. **E**

O crescimento econômico brasileiro no período citado se deu em decorrência da aquisição de empréstimos internacionais a juros baixos, empréstimos esses utilizados no processo de industrialização e desenvolvimento infra estrutural em curso naquele momento. Soma-se a este cenário o arrocho salarial, ou seja, o não aumento dos salários acompanhando a inflação, acarretando desigualdades sociais. Esses fatores juntos caracterizam a política econômica do referido período.

9. **D**

Em um primeiro momento dos governos militares houve a concessão de crédito à população visando a saída do país da situação econômica que se encontrava, um grave quadro de endividamento externo, fruto da política de internacionalização da economia proposta por Juscelino Kubitschek (JK), que buscou o empréstimo de capital estrangeiro como um dos pilares do tripé econômico para o investimento em indústrias de bens de consumos duráveis.

10. B

A questão dá enfoque ao âmbito social no período do milagre econômico brasileiro, em que por um lado verificou-se o crescimento da economia, mas por outro observou-se a crescente desigualdade social decorrente da não distribuição de renda.